



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO CURSO  
DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**JULIANA BARBOSA COIMBRA**

**AVANÇOS E DESAFIOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL**

**JUAZEIRO DO NORTE - CE**

**2018**

JULIANA BARBOSA COIMBRA

**AVANÇOS E DESAFIOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito total para a obtenção do título de graduada no curso de Psicologia pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

**Orientadora:** Ms. Flaviane Cristine Troglio da Silva

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2018

# AVANÇOS E DESAFIOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL

Juliana Barbosa Coimbra<sup>1</sup>  
Flaviane Cristine Troglio da Silva<sup>2</sup>  
Lorrana Caliope Castelo Branco Mourão<sup>3</sup>

## RESUMO

A avaliação psicológica tem recebido bastante destaque nos últimos anos. O impulso para a busca da melhoria da qualidade dos instrumentos e serviços oferecidos nesta área contou com a efetiva participação do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica fundado na época de 1997. Neste sentido, o presente trabalho objetivou compreender, através de estudo bibliográfico, os avanços e desafios da avaliação psicológica no Brasil na atualidade. A pesquisa trata-se de um estudo exploratório, envolveu uma revisão bibliográfica, de natureza qualitativa, que perpassou todo o percurso da sua elaboração por meio de uma busca sistemática por informações, com o propósito de compreender para interpretar e explicar a realidade investigada. Observou-se dentro dos avanços conquistados pela avaliação psicológica, o resgate de diferentes técnicas e instrumentos na produção científica, como também à ênfase na função dos testes que fornecem respostas rápidas, a regulamentação da profissão, à visibilidade da área e ao crescimento dos grupos de pesquisas, dentre outros. Com relação aos desafios, se observou o desinteresse de alguns pesquisadores, que pouco se preocupam com as qualidades dos instrumentos psicológicos, como à construção de um instrumento de qualidade, à demanda social, além de se observar o empenho do Conselho Federal de Psicologia para inclusão de pessoas com deficiência no processo de Avaliação Psicológica. Conclui-se de forma geral, que a utilização dos testes psicológicos no contexto da produção nacional ainda é modesta e está, em grande parte, restrita aos âmbitos acadêmicos mais intensamente dedicados ao estudo dos testes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação Psicológica. Testes Psicológicos. Psicologia.

## ABSTRACT

Psychological evaluation has received considerable attention in recent years. The impulse for the improvement of the quality of the instruments and services offered in this area counted on the effective participation of the Brazilian Institute of Psychological Evaluation founded in the time of 1997. In this sense, the present work aimed to understand, through a bibliographical study, the advances and challenges of psychological evaluation in Brazil today. The research is an exploratory study. It involved a qualitative bibliographical review that covered the whole course of its elaboration through a systematic search for information, in order to understand and interpret and explain the investigated reality. It was observed within the achievements of psychological evaluation, the recovery of different techniques and instruments in scientific production, as well as the emphasis on the function of tests that provide quick answers, regulation of the profession, the visibility of the area and

<sup>1</sup>Discente do Curso de Graduação em Psicologia – UNILEÃO. Email: julianacoimbra.b@gmail.com

<sup>2</sup>Orientadora: Profa.; Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho. Coordenadora do curso de Psicologia da UNILEÃO. Email: flaviane@leaosampaio.edu.com.br

<sup>3</sup>Co-orientadora: Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Email: loccbm@gmail.com

the growth of groups of research, among others. Regarding the challenges, there was the lack of interest of some researchers, who little care about the qualities of the psychological instruments, such as the construction of a quality instrument, the social demand, besides observing the commitment of the Federal Counsel of Psychology for inclusion of persons with disabilities in the process of Psychological Evaluation. It is generally concluded that the use of psychological tests in the context of national production is still modest and is largely restricted to the academic fields most intensively dedicated to the study of tests.

**KEYWORDS:** Psychological Evaluation. Psychological Tests. Psychology.

## 1 INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica reflete sobre os valores fundamentais da atuação do profissional de Psicologia. Desse modo, historicamente, o conceito que se tem da avaliação psicológica, é a do psicólogo que se prevalece em realizar testes, de avaliar se o sujeito é capaz de realizar determinado cargo, uma vez que a testagem foi uma das atividades mais corriqueiras no século XX no campo da Psicologia (CESCON, 2013).

Assim, em tempos hodiernos, segundo o Conselho Federal de Psicologia (2010), a avaliação psicológica requer de cuidado e planejamento de acordo com a finalidade a que se destina. Ademais, trata-se também de um processo amplo e complexo, em que devem ser considerados todos os determinantes históricos e sociais.

Nesse sentido, ressalta-se que a avaliação psicológica é uma das áreas mais antigas da Psicologia. Em seu surgimento, teve uma de suas aplicações práticas, o desenvolvimento dos testes psicológicos e da psicometria, voltadas para análises de inteligência, e muito utilizada na seleção de soldados nas grandes guerras. Dessa forma, a avaliação é muitas vezes identificada como um segmento particular da Psicologia, dedicada à criação de instrumentos e técnicas, dentre eles, encontram-se os testes psicológicos (ANASTASI; URBINA, 2010).

Diante deste contexto, Baptista, Carneiro e Sisto (2010), enfatizam que os testes psicológicos consistem em uma das ferramentas mais importantes de uma avaliação psicológica. Dada que sua utilização ocorre em vários contextos de atuação do profissional de Psicologia. Destarte, faz-se essencial que os instrumentos de medida apresentem estudos psicométricos que justifiquem seu uso,

principalmente no que se refere ao âmbito nacional, território em que a área de avaliação psicológica se apresenta em franca expansão.

Assim, vale ressaltar que existe uma diferença entre testagem psicológica e avaliação psicológica, pois a testagem se resume em uma das etapas da avaliação psicológica, com a utilização de testes psicológicos para tomada de decisões acerca de uma pessoa, grupo ou programa. Isso ocorre dentro de um contexto de avaliação que objetiva encontrar respostas sobre questões psicológicas, por meio de um processo que contempla a coleta de dados, avaliação e análises que respondam a questões propostas, visando à solução de problemas (URBINA, 2007).

Diante disso, Cruz (2012) destaca que os testes psicológicos foram um dos primeiros frutos da nascente psicotécnica. Sua inserção no processo de avaliação psicológica se iniciou por Galton na Inglaterra, posteriormente com Binet, na França e Cattell, nos Estados Unidos no final do século XIX, predominando a área até o final da década de 60. Estes são considerados pioneiros nos estudos metacognitivos. Tal movimento teve por finalidade, desenvolver os testes de inteligência.

Assim, o Conselho Federal de Psicologia (2010), enfatiza que a prática psicológica tem se desenvolvido cada vez mais nesta articulação. Nesse contexto, a avaliação psicológica passou a ser bem mais abrangente, ponderando múltiplos fatores em seu processo de estudo e análise dos sujeitos.

Deste modo, conceituando-se a avaliação psicológica como processo sistemático e pluralizado, surgem alguns questionamentos: como originou a avaliação psicológica no Brasil? Quais os avanços e desafios atuais de caráter de transformação social na avaliação psicológica?

Diante disso, o objetivo deste trabalho é compreender, através de estudo bibliográfico, os avanços e desafios da avaliação psicológica no Brasil na atualidade. Para alcance de tal objetivo, será necessário: traçar o contexto histórico da avaliação psicológica no Brasil, conhecer as portarias atuais do CFP sobre Avaliação Psicológica e identificar os entraves atuais e os desafios em avaliação psicológica.

Assim, justifica-se a escolha desse tema, não só por abrir possibilidades de refletir a construção histórica da Avaliação Psicológica no Brasil, como também, entender como a prática da avaliação psicológica tem se construído pelos profissionais de psicologia ao longo dos anos, uma vez que há equívocos entre alguns procedimentos, devido, entre outras razões, à falta de clareza no significado

da avaliação psicológica, que muitas vezes é reduzido a testagem. A temática se torna relevante, uma vez que atualmente se tem discutido acerca do compromisso ético e social da avaliação psicológica no Brasil, com incentivos do Conselho Federal de Psicologia, o que abre oportunidades para que novas pesquisas possam ser elaboradas de forma a enriquecer este campo, uma vez que há a percepção de que existem muitas críticas voltadas para o tema, e em contra partida, pouco se constrói diante destas.

O interesse pela temática surgiu após toda vivência no processo de estágio acadêmico ter se desenvolvido com experiências e análises em avaliação psicológica, bem como pelos estudos da pesquisadora como membro do Laboratório de Avaliação Psicológica do Cariri – LAPSIC, fazendo com que surgisse a necessidade de levantar questionamentos acerca dos avanços e dos desafios, tendo como base o contexto histórico da avaliação psicológica no Brasil.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, que segundo Gerhardt e Silveira (2009) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com a problemática em questão, objetivando torná-la mais explícita ou auxiliar na construção de hipóteses. No entanto, este estudo baseia-se em materiais que foram publicados com propósito de analisar posições diversas em relação ao assunto (GIL, 2010).

Neste segmento, o estudo envolveu uma revisão bibliográfica, de natureza qualitativa, que perpassou todo o percurso da sua elaboração por meio de uma busca sistemática por informações, com o propósito de compreender para interpretar e explicar a realidade investigada. Para tal, Gil (2010) ratifica que se trata de um tipo de pesquisa construída através do levantamento de publicações preexistentes, utilizando principalmente artigos científicos, resoluções e livros. Assim, buscaram-se apresentar o conhecimento histórico acerca da avaliação psicológica, os testes psicológicos e o próprio conceito de psicologia, a fim de trazer mais clareza sobre a temática.

Portanto, os dados foram coletados entre os meses de setembro a novembro de 2018, nos bancos de dados do *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Google acadêmico e Resoluções, com período de publicação dos últimos 15 anos,

sendo rastreados artigos em português, utilizando os descritores: “avaliação psicológica”, “testes psicológicos” e “história da Psicologia”. Como técnica de coleta de dados utilizou-se o fichamento, que segundo Lakatos e Marconi (2010), possibilita uma seleção constante da documentação e de seu ordenamento. Permitindo assim, selecionar dados relevantes para a pesquisa, empregando como critérios de inclusão e exclusão, informações relacionadas à Avaliação Psicológica.

Logo, foram encontrados 50 artigos, seguindo os critérios de inclusão, serem artigos em português e que abordassem o tema, e de exclusão, artigos em língua estrangeira, que não contemplasse ou se distanciasse do tema, de publicação superior a quinze anos, e após ter lido os resumos dos artigos originais indexados no período de 2003 a 2018. Porém, foram escolhidos apenas 36 para fazerem parte da pesquisa, procedendo-se à leitura minuciosa de cada artigo, destacando aqueles que responderam aos objetivos propostos por este estudo, além das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia e livros que abordavam sobre a temática seguiram também como material de inclusão.

### **3 REVISÃO DE LITERATURA**

#### **3.1 RECORTE HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL**

Ressalta-se que durante o século XX, a avaliação psicológica foi fundamentalmente influenciada pelas principais correntes de pensamento que salientaram cada uma, a primazia do comportamento, do afeto e da cognição na organização e no funcionamento do psiquismo humano. Na primeira metade do século XX, predominaram conceitos comportamentais e psicanalíticos, enquanto a segunda metade foi assinalada pela chamada revolução cognitiva (CUNHA, 2007).

Com isso, conforme Hisatugo (2013) as bases para a implantação da psicologia como prática profissional autônoma no Brasil foram claramente estabelecidas entre os anos 1920 e 1962. Profissionais das mais diferentes áreas buscavam na psicologia elementos básicos para o incremento de suas práticas. Os médicos recorriam à psicologia para fundamentar programas preventivos de saúde mental e a recursos técnicos para a definição de diagnóstico.

Percebe-se que historicamente, a imagem que se tinha do psicólogo é a do profissional que se utilizava de testes, que avaliava “se uma pessoa é normal ou não”, se estava apta a executar determinada função, já que a testagem foi uma das atividades mais comuns no século XX no campo da Psicologia (CUNHA, 2000 *apud* HISATUGO, 2013).

Atualmente, segundo Cunha (2007), o psicólogo utiliza estratégias de avaliação psicológica, com objetivos bem definidos, para encontrar respostas a questões propostas com vistas à solução de problemas. A testagem pode ser um passo importante do processo, mas constitui apenas um dos recursos de avaliação possíveis.

Com a influência americana, a Psicologia tornou-se uma ciência aplicada e o uso de testes ganha espaço na psicologia, superando a Psicologia acadêmica, que apresentava pesquisas que imperaram por muitos anos (ARSUFFI, 2013).

Nesse seguimento, salienta-se que a utilização dos testes no Brasil se iniciou por meio da educação. Porém, em pouco tempo acaba sendo comum em diversas áreas de atuação do profissional psicólogo. Os testes ganham notoriedade em 1924 com a publicação da obra “Teste: introdução ao estudo dos meios científico de julgar a inteligência e a aplicação dos alunos”. Com a modernização dos processos administrativos no Brasil, os instrumentos psicométricos começam a ser usados nas organizações de trabalho e instrumentos, como o psicodiagnóstico de *Rorschach*, passa a ser utilizados na clínica. Desse modo, a associação entre a prática da profissão e o uso de instrumentos tornou-se comum (MANZI-OLIVEIRA, 2011).

Em complementariedade a isso, Pasquali e Alchieri (2010), destacaram que o desenvolvimento da testagem e da avaliação psicológica em território brasileiro passou por quatro fases, tendo início na primeira metade do século XIX. Tais períodos são: produção médico-científico acadêmica (1836- 1930) em que as temáticas próprias da Psicologia começavam a aparecer academicamente na área médica; o estabelecimento e a propagação da Psicologia no ensino universitário (1930-1962); a criação dos cursos de graduação em Psicologia (1962-1987); e a criação dos laboratórios preocupados com testes psicológicos (1987). Vale destacar que no período entre 1970 e 1987, houve a implantação dos cursos de pós-graduação, logo veio à reestruturação da universidade e o incentivo à privatização do ensino, com isso, foi que provocou um aumento muito grande do número de cursos de Psicologia.

Em 1971 destaca-se a criação do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia pela Lei 5.766, em 1977 regulamentada pelo Decreto 79.822. E logo em diante, no ano de 1987, houve a criação da emergência dos laboratórios de pesquisa. Todos esses períodos contêm valor significativo tanto para o desenvolvimento do uso dos testes quanto para a própria Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010).

Diante do percurso histórico, Pacanaro (2011) sublinha a relevância da Fundação do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), em 1998, por parte de psicólogos pesquisadores que tinham em comum o fato de conduzirem estudos relacionados à construção, à adaptação e à validação de testes psicológicos no Brasil. Desde seu surgimento, o IBAP tem promovido ações em prol da melhoria de qualidade dos testes e da avaliação psicológica no Brasil por meio da publicação de uma revista científica (Revista Avaliação Psicológica), como também a promoção de congressos e eventos que fomentam a produção científica e a reunião de profissionais em torno do tema.

Outro marco histórico muito importante desse período foi à criação do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI), do Conselho Federal de Psicologia (CFP), ao final de 2001 e regulamentado em 2003 com a publicação da Resolução 002/2003. Esse sistema é resultado de uma série de ações anteriores do CFP, na tentativa de responder a uma grande demanda de processos éticos envolvendo a avaliação psicológica. O SATEPSI consiste em uma norma de certificação de instrumentos de avaliação psicológica que avalia e qualifica os instrumentos em apto ou inapto para uso profissional, a partir da verificação objetiva de um conjunto de requisitos técnicos mínimos e tem como meta a elevação da qualidade dos instrumentos de avaliação psicológica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011).

Nesse ínterim, o Conselho Federal de Psicologia (2011) chega a enfatizar positivamente que a avaliação psicológica no Brasil está em crescimento. Estudos recentes sobre avaliação psicológica têm indicado que uma das principais práticas do psicólogo, nas diferentes áreas de atuação, tem sido o diagnóstico psicológico e a administração de testes e preocupado em auxiliar no desenvolvimento deste campo de conhecimento, estipulou o ano de 2011, como o ano da Avaliação Psicológica no Brasil.

Posto isso, no Brasil, a testagem psicológica tem perpassado por várias etapas e evoluído em qualidade. De fato, uma crítica histórica se refere ao uso indiscriminado, descontextualizado e conclusivo de testes psicológicos. Ou ainda, malefícios resultantes de interpretações realizadas por profissionais com lacunas formativas. Felizmente, vemos avanço significativo no aperfeiçoamento tanto da produção científica como no uso assertivo dos testes no Brasil. Se bem usados, quando necessários, os testes psicológicos representam ganhos significativos (como auxílio instrumental) à atuação consistente dos profissionais no enquadramento da avaliação psicológica (FERREIRA; SANTOS, 2010).

É nesse sentido que se faz necessário enfatizar sobre a Resolução 02/2003 do Conselho Federal de Psicologia, que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização dos testes psicológicos. Critérios mínimos foram instituídos para considerar um teste apto ao uso profissional. Tais critérios referentes à fundamentação teórica, a validade e precisão, ao sistema de correção e interpretação, além do Manual técnico. Este, reúne as informações sobre o teste e compõe o material publicado (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011).

Em consonância com o Conselho Federal de Psicologia (2018), vale ressaltar que esta resolução foi revogada após a aprovação e publicação da Resolução 09/2018, na Assembleia de Política, Administração e Finanças (APAF) em 2017, a qual constitui as regras para a práxis em avaliação psicológica, estando essa de acordo com os avanços vivenciados pela área de avaliação psicológica. Dessa maneira, apresenta os cuidados conjuntos geridos pelo CFP e CRPs, com o apoio da categoria e das entidades científicas da área. Coincidentemente, sua publicação se dá no mesmo ano na comemoração dos 15 anos do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) e com a necessidade de avaliação dos estudos normativos dos testes que foram avaliados quando de sua criação.

Portanto, diante desta contextualização, é preciso destacar que a avaliação psicológica tem sido conectada, especialmente, ao uso de testes psicológicos, que são instrumentos de caráter exclusivo do psicólogo. Enfim, a visão atualizada prevalente no tocante a utilização da avaliação psicológica é da necessidade de reconhecer enquanto um processo integrado, não visando traçar uma compreensão estática e complexa do indivíduo, mas objetivando traçar técnicas adequadas e indispensáveis ao diagnóstico (ALVES, 2005).

### 3.2 ANÁLISE CRÍTICA FRENTE AOS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Durante muitos anos, a prática do profissional psicólogo sofreu as consequências de seu desenvolvimento sócio-histórico conturbado, encontrando-se hoje em um momento de modificação. A avaliação continua a ser questionada e é natural que o seja, tal questionamento verifica-se em todas as áreas do conhecimento, sendo útil e necessário, uma vez que suscita novos estudos e pesquisas (ZAIA; OLIVEIRA; NAKANO, 2018).

Destarte, muitos são os estudos e as pesquisas que geram discussões a respeito da avaliação psicológica. Desse modo, Azevedo et al. (2009), apontam que o baixo teor científico dos instrumentos padronizados vem sendo veementemente denunciado. Esses autores discutem que o fato de estudos na área estarem sendo realizados, revela uma melhor reputação da investigação psicológica e do uso de instrumentos padronizados. Em continuidade, enfatizam também que os últimos estudos partem do princípio de que a avaliação psicológica é indispensável para a prática da Psicologia, e procuram destacar a melhora da qualidade dos instrumentos padronizados.

Outrossim, pode-se entender que para os autores citados, os problemas encontrados na avaliação psicológica e em especial nos testes psicológicos, referem-se prioritariamente: à formação do profissional que utiliza os instrumentos, às deficiências nos próprios instrumentos e à falta de pesquisas que promovam satisfatoriamente o desenvolvimento da área. Muitos dos problemas em avaliação psicológica costumam ser atribuídos a deficiências na formação e/ou à ausência de instrumentais que poderiam indicar, junto aos problemas éticos decorrentes, dificuldades na adequada execução dessa atividade (SILVA; ALCHIERI, 2010).

Em conformidade com Bastos *et. al* (2010), destaca-se que alguns psicólogos reconhecem uma distância significativa entre as suas aprendizagens na graduação e as demandas do exercício profissional, havendo uma grande defasagem entre o que é necessário ao desenvolvimento da prática e o que é ensinado. Entre os pontos mais críticos, apresentam-se a formação científica e as competências para trabalhar com grupos e organizações. Muitas organizações constatarem que a avaliação psicológica é uma ferramenta poderosa de tomada de decisão que traz benefícios indubitáveis para os indivíduos e para a organização.

A avaliação psicológica no contexto organizacional é vista como um recurso de análise que auxilia os profissionais na tomada de decisão e é fundamental que essa estratégia seja bem conduzida, como também contextualizada e fundamentada nos rigores psicométricos das técnicas de avaliação. Os autores concluem que há um grande desafio no que se refere à formação do psicólogo, tendo em vista que a acentuada expansão dos cursos não tem sido acompanhada de qualidade do corpo docente, para assegurar uma formação de elevada qualidade (BASTOS et al., 2010).

Em concordância com isso, Cunha (2007) aponta como os principais responsáveis pela formação insuficiente, o ensino de muitas técnicas, a falta de desenvolvimento de pesquisas, a ausência de espaço para críticas e trocas de vivências, bem como a não valorização do ensino de outros conhecimentos que não o psicológico. Assim, tal fato teria sido acompanhado por um desinteresse pela aprendizagem das técnicas de exames psicológicos e uma subestimação dos instrumentos de medida, vinculada ao seu conseqüente descrédito, com poucos esforços empreendidos no âmbito da pesquisa, construção ou adaptação desse material aos contextos nacionais.

Como aponta Zanfelici e Oliveira (2013), destaca-se que a conjuntura atual revela a inclusão dos graduandos com deficiências às universidades, a incipiência de pesquisas na área e a indigência de modificação de práticas não apenas pedagógicas. Além disso, identificou-se expectativas e experiências de profissionais, professores e alunos envolvidos com a temática avaliação psicológica e suas áreas afins quanto ao ensino de técnicas e instrumentação a alunos com deficiências sensoriais que cursam graduação em Psicologia.

Nesse sentido, conforme discorre Oliveira, Nuernbeng e Nunes (2013), na construção e adaptação de testes psicológicos para indivíduos com deficiência, faz-se imprescindível atender aos pressupostos teóricos e técnicos inerentes ao processo de construção e adaptação de instrumentos sedimentados na literatura científica da área. Adaptar um teste para esse público não se resume em alterar um aspecto indistintamente sem avaliar as conseqüências. Na avaliação psicológica como um todo, bem como nos resultados e procedimentos do próprio teste, o uso de certos tipos de adaptações pode modificar o construto que está sendo medido.

Por conseguinte, muitos fatores devem ser considerados como a heterogeneidade da população com deficiência, o conhecimento profundo sobre o

público ao qual o teste é destinado, o tipo de deficiência e de que modo o público irá manusear os materiais do instrumento. Outro ponto a ser ponderado, refere-se a equipe de adaptação, que deve consultar indivíduos com as deficiências alvo para avaliar o impacto das adaptações realizadas em relação a aspectos de usabilidade, acessibilidade, clareza das tarefas, entre outros aspectos (OLIVEIRA; NUERNBENG; NUNES, 2013).

Nesse ínterim, para Zanfelici e Oliveira (2013), é provável que as perspectivas e as possibilidades vivenciadas pelos profissionais e estudantes envolvidos com a área de avaliação psicológica possam identificar e caracterizar quais expectativas e experiências em pessoas com necessidades especiais e como estas podem contribuir para a produção de conhecimento. Diante disso, sublinha-se o desenvolvimento de estratégias e materiais que colaborem para melhorias, tanto para o ensino quanto para a aprendizagem dos alunos com deficiências em avaliação psicológica e disciplinas correlatas.

Ainda falando da formação, observa-se nas disciplinas teóricas, como é o caso da Psicometria, que é exigido uma variedade de conceitos ligados às ciências exatas, dos quais a maioria dos estudantes do curso se esquivava desde a escola. Nas disciplinas práticas, apesar de se demandar conhecimentos na área do desenvolvimento, psicopatologia e ética, muitas práticas pedagógicas ainda se limitam a uma testologia sem qualquer contextualização ou discussão crítica dos instrumentos que vêm sendo utilizados (MENDES et al., 2013).

Portanto, como sublinha Ferreira e Santos (2010), nota-se a importância de se realizar uma avaliação psicológica adequada, mas também é importante ressaltar que um grande desafio está no conhecimento do psicólogo, uma vez que o profissional deve encontrar-se fundamentado para conduzir suas práticas. Nesse ínterim, cabe ao papel do psicólogo a escolhas de métodos e técnicas mais adequadas para conduzir todo o processo, que deverá ser pautado sempre em padrões éticos de conduta, e neste contexto ressalta-se a importância da formação do profissional.

Com isso, compreende-se que a avaliação e descrição da realidade psicológica de alguém possibilita ao psicólogo um conjunto de informações, as quais devem ser interpretadas, selecionadas, transmitidas e devolvidas. Sobre isso, uma das principais críticas direcionadas é a de que a avaliação que é feita, muitas vezes, pode ser facilitadora dos processos de exclusão. Sendo assim, ressaltando-se

novamente a importância de uma formação responsável e consistente no que se refere a Avaliação Psicológica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010).

Um segundo desafio identificado para a avaliação psicológica é o que Pasquali (2007), aborda quando se refere à construção de um instrumento de qualidade. Este requer etapas bem definidas e procedimentos rigorosos e que existem alguns passos necessários, que incluem tarefas e métodos específicos, os quais devem ser realizados em uma sequência temporal determinada. Esses passos compõem três eixos distintos: procedimentos teóricos, empíricos ou experimentais, e analíticos ou estatísticos.

Os procedimentos teóricos incluem a escolha do sistema a ser estudado, a definição de suas propriedades, a concepção da dimensionalidade desses atributos, a definição constitutiva e operacional dos mesmos, a construção de itens e a validação de conteúdo. O objetivo da especificação é necessário para garantir a legitimidade da medida. Dessa forma, a investigação teórica deve preceder a construção dos itens, o que também fornece uma direção às etapas seguintes de construção. Como o sistema psicológico escolhido é delimitado os atributos que o definem, cuja escolha depende do interesse do pesquisador, a saturação de estudos prévios e a relevância do atributo para o instrumento. Desses atributos são derivadas dimensões dependentes tanto de argumentos teóricos quanto de análises fatoriais realizadas em estudos exploratórios posteriores, a fim de investigar se a teoria que fundamenta a construção do teste é ou não pertinente (PASQUALI, 2007).

Posteriormente a verificação da validade de conteúdo do teste, Pasquali (2007) indicar seguir com a realização dos procedimentos empíricos e analíticos. Os primeiros incluem a definição de amostras e de instruções do teste, a administração do instrumento piloto e a coleta válida para proceder à verificação de suas qualidades psicométricas ou projetivas/expressivas. Já os procedimentos estatísticos (analíticos) são a última etapa da construção de um instrumento, abrangendo análises estatísticas a serem efetuadas para validação, precisão e normatização do teste. É nessa etapa que são realizadas as análises da validade de construto e de critério do instrumento.

Como o terceiro desafio identificado, o que Pasquali (2007) cita como dificuldade é o descaso de alguns pesquisadores, que pouco se preocupam com as qualidades dos instrumentos psicológicos. Embora tal linha de pesquisa já venha

fazendo parte dos laboratórios de avaliação psicológica de algumas universidades brasileiras, nas quais os avanços necessários ainda não foram conseguidos.

Por outro viés, Freitas e Noronha (2012) enfatizam que diante às novas exigências de qualidade científica dos testes psicológicos, novos desafios aparecem, sendo esses relacionados com a necessidade de criação e adaptação de novos instrumentos que possam atender aos parâmetros exigidos. Em consequência, busca-se encontrar possibilidades para a avaliação psicológica que respeite esses parâmetros, em diferentes áreas, tais como militar, de trânsito, organizações, universidades, clínicas, dentre outras. Correlacionado a isso, Noronha et al, (2014) enfatizam que a deficiência maior está relacionada a percepção de domínio do avaliador, bem como seu preparo referente ao conhecimento do instrumento.

Diante disso, Avoglia (2012), explica positivamente que a área da avaliação psicológica no país vem tentando superar inúmeros desafios. Esses decorrem de uma estagnação da área por várias décadas, nas quais os testes utilizados não eram construídos nem mesmo adaptados para a nossa cultura. Sabe-se que a avaliação psicológica é um processo mediante onde se tem a pretensão de verificar o enfoque teórico, explícito ou implícito, e que sempre procura analisar um fenômeno real ou simbólico de seus aspectos manifestos e/ou latentes. Nesse sentido, faz-se necessário entender que toda avaliação tem como finalidade categorizar, comparar, analisar ou contrastar dados quantitativos ou qualitativos, todos obtidos por meio de diversas técnicas.

Compreende-se que os grandes desafios futuros para a área de avaliação psicológica estão à demanda social, que vai além do campo da Psicologia e exige uma diversidade de recursos e instrumentos válidos. Certamente, as respostas a esse desafio deverão advir de estudos realizados tanto no interior da área da Psicologia, por meio de fóruns de entidades e universidades, como de debates propostos por interlocutores de outras profissões. Seus resultados, contudo, permitirão a superação das dificuldades sobre o que hoje definimos por teste psicológico e o conseqüente aprimoramento dos procedimentos de avaliação dos testes, isto é, dos critérios para se considerar um instrumento de uso restrito do psicólogo e de uso compartilhado por profissionais de áreas que têm interface com a Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010).

Ressalta-se ainda a existência de um outro ponto relevante que se pode perceber como deficiente, quando se fala em avaliação psicológica, que são os

documentos produzidos pelos profissionais de psicologia. O resultado de uma avaliação psicológica deveria ser comumente registrado por meio de diferentes documentos, ressaltando de acordo com seus propósitos. Entretanto, questões como a formação profissional (falada anteriormente) e a subjetividade do examinador, presentes nas avaliações psicológicas, resultam em uma heterogeneidade de documentos, tanto em termos de forma quanto de conteúdo. Essa falta de um padrão mais homogêneo pode suscitar dúvidas acerca de sua qualidade. Ademais, muitos processos éticos são desencadeados em decorrência da baixa qualidade de laudos e pareceres (PRIMI, 2010). Diante desse contexto vale destacar que os anos de 1996, 2001 e 2003 representam o lapso temporal que o Conselho Regional de Psicologia recebeu a maior quantidade de denúncias de infração ética.

Assim, Amaral et al. (2012), compreendem que uma avaliação psicológica vem de um processo extenso, composto e fundamentado por três etapas. A primeira se refere a identificação de necessidades, comportamentos e processos psicológicos, podendo ser feito nesta etapa o uso de entrevista, observação, testes e outras técnicas para a elaboração de descrições e aquisição de escores. A segunda etapa atua no que concerne a integração dos dados, tanto os descritivos para classificação de tipologia e de perfil e formulação de hipóteses diagnósticas por meio da interpretação dos dados. Por último, a terceira etapa fornece ao psicólogo a reunião de um conjunto de informações, as quais devem ser interpretadas, selecionadas, transmitidas e devolvidas.

Além disso, Amaral et al. (2012) enfatiza que um dos aspectos que merecem uma forte atenção diz respeito à necessidade de maior articulação do contexto social com a compreensão diagnóstica. Em muitos casos, o que testemunhamos é a avaliação psicológica iniciando-se a partir da queixa própria, ou trazida pelos pais ou responsáveis e, a partir desse momento, o foco recai sobre o indivíduo que precisa da avaliação e que será, posteriormente, submetido a entrevistas e testes, sob o risco de ser responsabilizado pelo sofrimento que enfrenta.

Nesse sentido, Primi (2010), finaliza e salienta ainda que se faz necessário refletir sobre os desafios que os profissionais da área de avaliação psicológica enfrentam e quais contribuições estes podem oferecer diante do compromisso social e acadêmico durante a formação, uma vez que é importante que o psicólogo que

realiza a avaliação psicológica neste contexto utilize critérios rigorosos, seguindo as Resoluções amparadas pelo Conselho Federal de Psicologia.

### 3.3 AVANÇOS IMPORTANTES PARA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A avaliação psicológica é evidenciada nas pesquisas sobre as dificuldades de novos instrumentos, a modernização de instrumentos existentes, a averiguação dos parâmetros psicométricos dos instrumentos e de como solucionar os problemas presentes na avaliação psicológica como um todo. Por esse motivo, entende-se como avanço considerável, a preocupação de mudar e melhorar os instrumentos para a avaliação psicológica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011).

Entretanto, de acordo com Manzi-Oliveira (2011) é válido destacar que embora os avanços da avaliação sejam intensos, especialmente quando se cataloga a circunstância contemporânea da área com os primeiros instrumentos psicofísicos, rudimentares e com falhas sérias, está evidente a importância da assiduidade de estudos e de pesquisas, a fim de que pesquisadores e psicólogos da avaliação psicológica encontrem o devido estado de excelência.

Nesse seguimento, Bock (2001) ressalta que a Psicologia apresenta dois arranjos com relação à avaliação psicológica: uma censura intensa aos os testes psicológicos, idealizando-os como obra de uma visão de homem, sociedade e conhecimento tecnicista, onde os testes psicológicos seriam instrumentos que justificariam os processos de exclusão social:

Assim, a Psicologia tem contribuído para responsabilizar os sujeitos por seus sucessos e fracassos; [...] temos acreditado que pessoas podem ser classificadas e diferenciadas por suas características e dinâmicas psicológicas; temos criado (ou contribuído para reforçar) padrões de conduta que interessa a sociedade manter, como necessários ao 'bom desenvolvimento das pessoas'. [...] Tem transformado em anormal o diferente, o 'fora do padrão dominante' (BOCK, 2001, p. 25).

O segundo arranjo é a visão de poder/saber centralizador e autoritário. Nessa perspectiva, a posição social precisa encontrar abertura dentro da área científica e o uso de testes importados devem se adaptar melhor à realidade brasileira. Esta visão leva-nos a uma perspectiva de avanço, no sentido de que os testes em vigor e seus usos, atualmente, corroboram positivamente para o exercício do psicólogo e

favorecem a evolução da ciência psicológica com finalidade à saúde psíquica do ser humano (BOCK, 2001).

Contudo, Amaral et al. (2012), apontam que esta visão mínima histórica nos leva a uma visão ponderada, no sentido de que os testes em vigor e seu uso corroboram para o exercício do psicólogo e favorece a evolução da ciência psicologia com finalidade à saúde psíquica do ser humano. A produção científica visa resgatar diferentes técnicas e instrumentos importantes no processo de investigação e intervenção psicológica, apesar da grande complexidade que envolve a mensuração de traços e de outras características psicológicas, em razão de muitos instrumentos e técnicas terem sido elaborados e normatizados, possibilitando realizar esta tarefa efetivamente, em diferentes contextos.

Elucidamos também que, a avaliação psicológica não se sintetiza no caráter específico de testes, mas acrescentam-se estes ao processo para alcançar subsídios sobre aspectos do psiquismo do sujeito. São ponderados testes psicológicos, os instrumentos ou a mensuração sistematizada que apontam as características psicológicas da pessoa. Eles são contemplados confiáveis se corresponderem aos critérios mínimos de fidedignidade e legitimidade. Desse modo, trata-se de um conjunto sistematizado de representações teóricas mais gerais que têm um marco teórico instituído, o qual integra tanto as ideias como as experiências vividas pelos profissionais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011).

Diante do apresentado, o bom uso dos testes como auxílio ao processo de avaliação psicológica refere-se ao cuidado ético do psicólogo em utilizar-se de instrumentos aptos, que devem ser aplicados por profissionais críticos, atualizados, competentes e hábeis. Somente assim, o processo de avaliação psicológica estará a serviço da ciência psicológica na função de contribuir com mudanças e autoconhecimento por parte do ser humano em desenvolvimento (AMARAL et al., 2012).

Outro aspecto positivo destacado por Werlang, Amaral e Nascimento (2010), é quanto à ênfase na função dos testes, que é fornecer respostas rápidas, e por vezes muito profundas, em curto espaço de tempo, além de diminuir certas incongruências advindas de pontos de vistas diferentes entre vários profissionais. As indicações fornecidas pelos testes psicológicos também contribuem com maior segurança para responder às demandas da avaliação, aumentando a credibilidade das conclusões em situações em que esta poderia ser questionada, principalmente

quando se trata de situações periciais, ou seja, toda e qualquer situação em que a avaliação é feita geralmente de modo compulsório e atendendo a interesses de terceiros ou sociais.

Ademais, salienta-se também que a área de Avaliação Psicológica no Brasil vem num contínuo crescimento há alguns anos. Questões referentes à formação, o uso de instrumentos, ética, prática profissional, ensino, entre outras, são objetos de pesquisas, discussões e até mesmo de congressos. Dessa forma, uma vez que as principais mudanças se referem à regulamentação da profissão, à visibilidade da área, ao crescimento dos grupos de pesquisas interessados no tema e, sobretudo, à qualificação dos testes psicológicos disponíveis (PRIMI, 2010).

Outro avanço significativo percebido na Avaliação Psicológica é a adaptação dos testes para o contexto brasileiro ao invés de construção de outros, Manzi-Oliveira (2011), cita algumas vantagens identificadas: a economia de tempo e de recursos financeiros, a possibilidade de comparação de estudos entre grupos de várias culturas e diferentes linguagens e o alcance na equidade de avaliação, em termos de métodos e de comparabilidade entre os escores.

Citando mais uma potencialidade, Hazboun e Alchieri (2014) salientam o papel fundamental dos Conselhos de Psicologia para a avaliação psicológica, responsabilizando-se pela fiscalização e ao zelo pelo cumprimento integral das práticas éticas. Sabe-se que nos últimos anos as questões éticas têm sido causa de grande interesse, depois de ficarem de certo modo bloqueadas por um longo momento histórico, em que prevaleceram no horizonte da ciência os parâmetros da eficiência e eficácia de pesquisas, instrumentos, técnicas e procedimentos.

De certo modo, a ética subjacente a esta visão de ciência é a que, baseada na sua racionalidade e positividade, justifica a adequação do instrumento ao fim que se propõe de tudo o que funciona e produz um resultado imediato e desejável, bom e correto. Conseqüentemente, para se tornar uma avaliação psicológica válida é preciso observar os princípios éticos, técnicos, coerência teórica e metodológica, bem como a responsabilidade social com as informações que o psicólogo constrói ou que irá construir sobre os sujeitos que atende/atenderá, as quais poderão subsidiar tomadas de decisões sobre a vida dessas pessoas. Além disso, elas expressam o tipo de compromisso que se assumiu perante a sociedade (HAZBOUN; ALCHIERI, 2014). Portanto, considera-se a importância da existência do Código de Ética para que determinados princípios não sejam violados.

Como conquista importante para a sociedade, destaca-se em 1962 à prática da Avaliação Psicológica obrigatória para os candidatos à profissão de motorista com a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil. O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN estendeu a avaliação psicológica para todos os candidatos interessados na obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Desde essa época, os psicólogos seguem as regulamentações dos órgãos de trânsito e as orientações dos seus respectivos órgãos de classe. Dessa forma, essas instituições impõem e asseguram a legalidade do exercício profissional do psicólogo perito, sendo que em 2012 foi publicada a Resolução 425 do CONTRAN, que determinou, que após 2015, só poderá atuar na área o psicólogo que tenha o título de especialista (CONTRAN, 2012).

No tocante a construção e adaptação de testes psicológicos para indivíduos com deficiência, para o Conselho Federal de Psicologia (2018), faz-se imprescindível o atendimento aos pressupostos teóricos e técnicos inerentes ao processo de construção e adaptação de instrumentos sedimentados na literatura científica da área. Contudo, alguns aspectos adicionais devem ser observados com vistas à manutenção da qualidade psicométrica destes instrumentos como na adaptação de teste para pessoas com deficiência não se resume em alterar um aspecto indistintamente sem avaliar as consequências na avaliação psicológica como um todo e nos resultados e procedimentos do próprio teste.

O uso de certos tipos de adaptações pode modificar o construto que está sendo medido. A heterogeneidade da população com deficiência, desde o conhecimento profundo sobre o público ao qual o teste é destinado, o tipo de deficiência e como o público irá manusear os materiais do instrumento e a equipe de desenvolvimento que deve consultar indivíduos com as deficiências alvo para avaliar o impacto das adaptações realizadas em relação a aspectos de usabilidade, acessibilidade, clareza das tarefas, entre outros aspectos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Portanto, a construção e adaptação dos testes psicológicos para os indivíduos com deficiência configuram-se como atividades complexas que requerem, frequentemente, a utilização de várias modificações e alguns recursos adicionais, tais como as tecnologias assistidas, na tentativa de proporcionar acessibilidade aos materiais dos testes (OLIVEIRA; NUERNBERG; NUNES, 2013).

Vale ressaltar que o Conselho Federal em Psicologia ofertou o Prêmio Profissional Avaliação Psicológica em Pessoas com Deficiência em novembro de 2018, e que tinha como objetivo estimular profissionais de Psicologia a elaborar produções científicas que versem sobre o tema, de modo que estas gerem reflexões teóricas sobre modelos e práticas em consonância com o século XXI. Essa iniciativa faz parte das ações comemorativas dos 15 anos do SATEPSI, e o interesse do Conselho Federal em Psicologia é conhecer e difundir a práxis dos profissionais de psicologia para inclusão de diferentes populações nas atividades relacionadas à avaliação psicológica, de modo a levar a categoria a pensar e a integrar novas formas de ação inclusiva na sua prática profissional (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

A publicação da nova resolução nº 09/2018, também regulamenta os procedimentos de submissão e aprovação de testes psicológicos no ano em que vários instrumentos estão perdendo a validade de 15 anos, os quais precisarão ser reavaliados por uma comissão de pareceristas. Com esta resolução, ficam mais claros quais os procedimentos e critérios utilizados na avaliação de um teste (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Destarte, faz-se necessário salientar que a Resolução nº 09/2018, traz também, algumas diretrizes sobre a atuação do profissional de psicologia no processo de Avaliação Psicológica, uma vez que esta é definida como um processo de investigação baseada em métodos técnicas e instrumentos que trazem informações sobre indivíduos, grupos e instituições. Assim, entende-se que este novo documento avança ao incluir o uso de fontes complementares de informação, técnicas e instrumentos não psicológicos que possuam respaldo da literatura científica da área e que respeitem o Código de Ética e as garantias da legislação da profissão (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

A normatização da Avaliação Psicológica ainda contará com a publicação de um novo Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pela psicologia decorrentes de Avaliação Psicológica, previsto para ser publicado entre o final de 2018 e o início de 2019. Essa publicação é referente a atualização da resolução 007/2003. Entre as questões que precisam ser revistas estão à diferenciação entre laudo, parecer e relatório – com informações sobre quando e como usar cada um –, as diferenças entre documentos oriundos de Psicoterapia e Avaliação Psicológica e a construção de documentos em equipes multidisciplinares. A redação da Resolução

deve ser muito clara, porque há muitas interpretações diferentes. Quando mais bem redigida a Resolução, mais fácil será a elaboração do documento (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Por fim, é perceptível que atualmente hoje no Brasil, já não se fala em psicodiagnóstico e psicométrica como práticas antagônicas, mas como partes de um mesmo processo, compreendendo a possibilidade de consolidar uma área denominada de avaliação psicológica.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os objetivos propostos nesse estudo conseguiram ser alcançados de maneira positiva, houve uma compreensão melhor dentro da literatura acerca do marco histórico da Avaliação Psicológica, como também foram identificados e apresentados os avanços e desafios dentro do contexto nacional.

Pode-se ser demonstrado também nesse estudo o quanto a Avaliação Psicológica no Brasil houve alguns avanços positivos referentes ao regulamento da profissão, à visibilidade da área, ao crescimento dos grupos de pesquisas interessados na temática, a qualificação dos testes psicológica disponível. Uma das evidências mais objetivas das consequências do SATEPSI foi o aumento do número da publicação de estudos empíricos relacionados ao desenvolvimento de novos instrumentos psicológicos.

Outro ponto importante nesse estudo foi conhecer as portarias atuais do Conselho Federal de Psicologia sobre Avaliações Psicológicas e identificadas também que as entraves atuais e os desafios em avaliação psicológica continua andando juntas e que o interesse do Conselho Federal de Psicologia é entender e expandir as práticas desses profissionais para inclusão de diferentes populações nas atividades relacionadas à avaliação psicológica, de modo que isso faça com que estes reflitam sobre como integrar novas formas de inclusão em sua práxis.

Portanto, diante do que foi apresentado nesse trabalho, espera-se contribuir de forma satisfatória e enriquecedora em forma de conhecimento na formação de novos profissionais de Psicologia a importância de se realizar uma Avaliação Psicológica adequada. Salienta-se também que estudos complementares, possam se utilizar da mesma metodologia, ou metodologias complementares, para que

assim possamos construir um conhecimento sólido acerca desta temática para o contexto de Avaliação Psicológica, onde que possam se aglutinar ao que é produzido no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALVES, I. C. B. A **banalização de diagnósticos**. Psicologia: Ciência e Profissão (Diálogos), 2(3), 47-49. 2005.

AMARAL, A. E. V. et al. **Serviços de psicologia em clínicas-escola: revisão de literatura**. Bol. psicol, São Paulo, v. 62, n. 136, p. 37-52, jun. 2012. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0006-59432012000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 27 set. 2018.

ARSUFFI, E. S. **Estudo do teste palográfico em acadêmicos do curso de psicologia de Rio de Janeiro-RJ**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Psicologia) –Universidade Federal de Rio de Janeiro, RJ. 2013.

ANASTASI, A; URBINA, S. **Testagem psicológica**. Porto Alegre: Artes Médicas. 2010.

AVOGLIA\*, H. R. C. O sentido da avaliação psicológica no contexto e para o contexto: uma questão de direito. **Psicol inf.**, São Paulo, v. 16, n. 16, p. 179-190, dez. 2012 Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-88092012000200009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092012000200009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 02 out. 2018.

AZEVEDO, M. M; ALMEIDA, L. S; PASQUALI, L; VEIGA, H. M. S. Utilização dos testes psicológicos no Brasil: Dados de estudo preliminares em Brasília. **Psico. Inf.**, São Paulo, v.12, n.23, 23-30. 2009.

BAPTISTA, M. N; CARNEIRO, A. M; SISTO, F. F. **Estudo Psicométrico de Escalas de Depressão (EDEP e BDI) e o Inventário de Percepção de Suporte Familiar–IPSF**. Psicologia em Pesquisa. UFJF. 4(01).65-73. Janeiro-junho de 2010.

BASTOS, A. V. B; GONDIN, S. M. G; NORONHA, D. F; ALMEIDA, L. S. **O trabalho do psicólogo no Brasil: um exame à luz das categorias da psicologia organizacional e do trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia. **Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em Psicologia** (pp. 15- 35). São Paulo: Cortez. 2001.

CESCON, L. F. **Avaliação psicológica: Passado, presente e futuro**. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 4, n. 1, p. 99-109, jun. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Avaliação Psicológica:** diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília: CFP, 2010. 196 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Ano da Avaliação Psicológica –** Textos geradores - Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. 156 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 9, de 25 de abril de 2018.** Brasília: CFP, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO. **Resolução n. 425, de 19 de novembro de 2012.** Dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º a 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro. Brasília - DF. 2012.

CRUZ, M. R. **Medidas psicológicas em Psicologia do trabalho e das organizações.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 2012.

CUNHA, J. A. **Estratégias de avaliação:** perspectivas em psicologia clínica. 5ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2000.

\_\_\_\_\_, J. A. **Psicodiagnóstico-V.** 5. ed. rev. e ampl. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERREIRA, M. C; SANTOS, A. A. A. dos. **A avaliação psicológica no contexto organizacional e do trabalho.** In: SANTOS, A. A. A. dos et al. (Org.). Avaliação Psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília, DF: CFP, 2010. p. 149-171.

FREITAS, F. A; NORONHA, A. P. P. **Testes psicológicos, usos e conhecimentos.** Psico, 40(1), 20-25. 2012

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAZBOUR, A. M; ALCHIEI, J. C. **Dificuldades em Avaliação Psicológica Segundo Psicólogos Brasileiros.** Psico. v. 45, n. 1, pp. 83-89, jan.-mar. 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Xe/Downloads/Dialnet-DificuldadesEmAvaliacaoPsicologicaSegundoPsicologo-5633363.pdf. Acesso em: 26 set. 2018.

HISATUGO, C. L. C. **O início do processo de avaliação psicológica.** Psicólogo in: Formação, ano 17, n. 17, jan./dez. 2013 DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-0969/pi.v17n17p193-199>

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica:** Técnicas de pesquisa. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MANZI-OLIVEIRA, A. B. **Adaptação transcultural de instrumentos de avaliação psicológica:** levantamento dos estudos realizados no Brasil de 2000 a 2010. *Psico-USF*, v. 16, n.3, p. 367-381, set./dez. 2011.

MENDES, L. S; NAKANO, T. C; SILVA, I. B; SAMPAIO, M. H. L. **Conceitos de avaliação psicológica:** conhecimento de estudantes e profissionais. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 33, n. 2, p. 428-445, 2013.

NORONHA, A. P. P. et al. **Avaliação psicológica:** importância e domínio de atividades segundo docentes. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 524-538, ago. 2014 . Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812014000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 16 Dez. 2018.

OLIVEIRA, C. M; NUERNBERG, A. H; NUNES, C. H. S. S. **A incorporação do Conceito de Desenho Universal na Avaliação Psicológica como promotora dos Direitos Humanos.** *Avaliação Psicológica* (Impresso – Aceito para publicação). 2013. Disponível em: [http://satepsi.cfp.org.br/docs/Nota\\_Tecnica\\_Construcao\\_adaptacao\\_validacao\\_instrumentos\\_pessoas\\_deficiencia.pdf](http://satepsi.cfp.org.br/docs/Nota_Tecnica_Construcao_adaptacao_validacao_instrumentos_pessoas_deficiencia.pdf). Acesso em: 29 de Nov. 2018.

PACANARO, S. V. et. al. **Da testagem à avaliação psicológica:** aspectos históricos e perspectivas. In: AMBIEL, R. A. M (Org.). *Avaliação psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia*, p. 11-27. São Paulo: Casa do psicólogo, 2011.

PASQUALI, L. **Validade dos Testes Psicológicos:** Será possível reencontrar o caminho? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 23. 2007.

PASQUALI, L; ALCHIERI, J. C. **Os testes psicológicos no Brasil.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 195-221.

PRIMI, R. **Avaliação psicológica no Brasil:** fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26 (25 ANOS), p. 25-36, 2010.

SILVA, F. H. V. C; ALCHIERI, J. C. **Avaliação psicológica da personalidade de condutores:** uma revisão de literatura. *Psico-USF*, 12(2), 189-196. 2010.

WERLANG, B. S. G; AMARAL, A. E; NASCIMENTO, R. S. G. do. **Avaliação psicológica, testes e possibilidades de uso.** In Conselho Federal de Psicologia, *Avaliação psicológica: diretrizes para a regulamentação da profissão*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. 2010.

URBINA, S. **Fundamentos da testagem psicológica.** Porto Alegre, RS: Artmed. 2007.

ZAIA, P; OLIVEIRA, K. S; NAKANO, T. C. Análise dos Processos Éticos Publicados no *Jornal do Federal*. **Psicologia: Ciência e Profissão** Jan/Mar. 2018 v. 38 n°1, 8-21. 2018.

ZANFELICI, T. O; OLIVEIRA, S. L. M. **Ensino de testes psicológicos a alunos com deficiências sensoriais**: expectativas e experiências. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, Brasil Avaliação Psicológica, 2013, 12(3), pp. 369-378. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v12n3/v12n3a12.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2018.